

# A burocracia auxiliar no serviço público estadual: notas para uma caracterização

## 1. APRESENTAÇÃO

O estudo da absorção de mão-de-obra em áreas não desenvolvidas envolve necessariamente a realização de estudos específicos sobre o setor público.

Foi a compreensão deste fato que levou o PRH. da UFBA, a uma pesquisa sobre a burocracia pública auxiliar aproveitando uma ocasião favorável para a realização de um trabalho de custo extremamente baixo e de uma certa amplitude quanto ao universo abrangido; ou seja, os... 4.198 candidatos a datilógrafo e escrevente datilógrafo do serviço público estadual, reunidos por ocasião do concurso.

Se as condições acima citadas eram favoráveis à realização do trabalho, outros aspectos eram negativos. As condições psicológicas e a tensão imediatamente anteriores à realização do concurso, bem como a heterogeneidade do nível intelectual do grupo, exigiam um certo cuidado quanto à amplitude do levantamento. Por este motivo optou-se por um questionário extremamente simples e de fácil entendimento, onde seriam colhidos apenas os dados considerados básicos, evitando-se sobrecarregar ou indispor o candidato com o pedido de um grande número de informações. O questionário seria preenchido pelos candidatos durante a meia hora imediatamente anterior ao concurso, após

instruções quanto aos seus objetivos e implicações.

Analisados enquanto concorrentes a um emprego público, o grupo seria também considerado como uma amostra da força de trabalho do Estado da Bahia, ou seja, daquela parte da população em condições de exercício de atividades produtivas que se encontra pressionando o mercado de trabalho. Nesta perspectiva seriam colhidos dados sobre condições de emprego, desemprego ou subemprego.

Apesar de contarmos com toda a colaboração do DAG, circunstâncias não controladas quando da realização do concurso prejudicaram parcialmente a coleta e alguns dados foram obtidos. Ainda assim, o material conseguido sobre os 2.621 inscritos que compareceram às provas permite uma caracterização inicial dos candidatos, e, conseqüentemente, dos que obtiveram ingresso na burocracia pública auxiliar, sugerindo ainda hipóteses quanto à conseqüências mais amplas do «perfil» dessa burocracia.

## 2. O SETOR PÚBLICO E A ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Diversos estudos têm ressaltado a importância do setor público em áreas subdesenvolvidas, onde um mercado de trabalho pouco dinâmico mantém o descompasso entre uma pequena oferta de empregos e um elevado

crescimento populacional. Estes mesmos estudos têm identificado uma hipertrofia dos quadros públicos e as suas tradicionais funções latentes de amenizar as tensões sociais, como «uma forma de cooptação pela estrutura social daquela parte do excedente populacional que, por ser mais diligente provavelmente se deixada a êsmo procuraria dedicar-se a temerárias atividades prejudiciais à estabilidade social» (1).

Se estas funções já não têm a mesma importância anterior, os efeitos sociais e políticos da diversificação da economia e dos processos de urbanização, industrialização e modernização, tendem a manter elevado ou a aumentar o emprego no setor público. Entre estes efeitos podem ser citados a maior demanda por serviços públicos — notadamente quanto à educação e saúde — o aumento das tensões sociais e o crescimento conseqüente das funções de repressão, prevenção e propaganda, e, finalmente, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

A falência dos dogmas liberais, e, nos países subdesenvolvidos, a necessidade do desenvolvimento para a manutenção do sistema social tem ocasionado uma crescente intervenção do Estado, atribuindo-se um papel diretor no processo econômico. Nesta perspectiva amplia-se a sua atuação, ultrapassando as funções tradicionais de administração geral e fazendária, de promoção da segurança nacional, de relações exteriores e de administração de justiça.

Torna-se um imperativo a criação de um sistema de planejamento, ou seja, de órgãos articulados, central, setoriais e regionais, com a responsabilidade de formular, reformular e acompanhar a aplicação de políticas de desenvolvimento e de bem-estar social. Este processo leva não apenas a expansão quantitativa dos órgãos

e do pessoal ocupado no setor público (2) como à sua própria diferenciação qualitativa.

As novas exigências quanto à atuação do Estado e a necessidade de uma certa racionalidade, para que os papéis administrativos sejam cumpridos segundo critérios mínimos de eficiência, diversificam a burocracia pública; passam a coexistir dois sistemas burocráticos no aparelho estatal.

De um lado a chamada tecnocracia, ou seja, o novo grupo de servidores encarregados da prestação de serviços técnicos de alta qualificação requeridos pelo desenvolvimento, tais como administradores, economistas, engenheiros, médicos e outros. Concentrado principalmente em órgãos da administração descentralizada, criados para atender às novas necessidades (3), a este grupo se atribui uma remuneração elevada — permitindo enfrentar a concorrência da empresa privada — vantagens como o tempo integral, a dedicação exclusiva e outras, e uma função modernizante.

Do outro lado permanecem as camadas burocráticas tradicionais, entre as quais a burocracia auxiliar, composta pela grande maioria de servidores, tais como serventes, protocolistas, datilógrafos, escriturários, etc. A burocracia tradicional são associadas, freqüentemente, tôdas as conotações pejorativas do conceito: o recrutamento ligado ao clientelismo político, por critérios que não os da eficiência, o ritualismo, o conservadorismo. Pouco qualificada e mal remunerada, esta camada conduz-se como agente passivo e, muitas vezes, como obstáculo aos programas de modernização e de desenvolvimento patrocinados pela administração pública.

No momento em que se acenam as exigências quanto à racionalidade e eficiência do setor público e que a realização de re-

formas administrativas tenta alcançar estes objetivos torna-se importante o conhecimento das características e perspectivas dos vários setores da burocracia pública, notadamente quanto à sua base, quanto ao pequeno servidor administrativo.

Os dados e conclusões que se seguem sugerem algumas hipóteses neste sentido.

### 3. AS CARACTERÍSTICAS DOS CANDIDATOS

Os dados colhidos sobre os... 2.621 candidatos a datilógrafo e a escrevente-datilógrafo do Estado indicam uma elevada predominância de jovens, solteiros e mulheres entre os entrevistados: a proporção de candidatos do sexo feminino atinge a 70,01%, a de solteiros a 89,43% e 67,64% têm idade inferior a 25 anos (4).

O nível de instrução, configurando a ausência de maiores oportunidades em um mercado de trabalho pouco diversificado, é bem superior ao exigido. A

maior parte dos candidatos conclui ou está concluindo o primeiro ou o segundo ciclo do nível médio e 144 deles são estudantes de curso superior. A soma de candidatos com instrução média de segundo ciclo, atinge a 58,71% dos entrevistados; também é significativa a incidência dos que possuem cursos técnicos ou curso normal.

Menos de um terço dos candidatos — 31,24% — já estão empregados, basicamente como funcionários públicos e datilógrafos interinos, como escriturários ou como comerciários. Os demais entrevistados estão desempregados, ou majoritariamente, à procura de um primeiro emprego — 57,18% — não possuindo qualquer experiência anterior de trabalho. Neste caso estão os que possuem ocupação doméstica e os 1.248 estudantes que, isoladamente, representam quase metade do universo estudado, conforme os dados da tabela que se segue:

TABELA I  
Ocupação Atual dos Candidatos

Discriminação	N	% sobre o total de entrevistados
Estudante	1.248	47,61
Nenhuma	154	5,87
Doméstica	97	3,70
Func. Público	177	66,75
Datilógrafo	446	17,01
Comerciário	122	4,65
Escriturário	107	4,08
Prof. Primário	107	4,08
Trab. rural, servente, operário, vend. ambulante, bancários e outros	93	3,52
Não declarado	70	2,67

FONTE: Levantamentos do PRH.UFBa.

É digno de nota que 49,94% dos que se declararam desempregados estão há mais de um ano nesta situação; 21,7% entre dois meses e um ano e apenas 28,39% há menos de seis meses. O fenômeno do desemprego não se apresenta, portanto, como o período transitório entre o exercício de uma e outra atividade remunerada, mas como uma situação bastante prolongada, fruto do desequilíbrio do mercado de trabalho, característica das áreas subdesenvolvidas.

As ocupações desempenhadas pelos que declararam alguma experiência profissional estão centralizadas em torno do comércio ou do próprio serviço público.

#### ORIGEM E SITUAÇÃO SOCIAL

Considerando que mais de metade dos entrevistados são dependentes da família e não exercem atividades remuneradas, analisou-se a ocupação do pai para a

obtenção de dados quanto à origem e situação social.

Tornou-se evidente que, na sua maioria, os candidatos ao ingresso na burocracia pública auxiliar são recrutados nos estratos médios ou baixos da sociedade. Quase metade do universo é constituído por filhos de assalariados, não manuais, empregados no próprio serviço público, no comércio ou no setor bancário. Somando-se aos 22,8% de família operária (ver tabela II) eleva-se a 70,6% a proporção dos candidatos que têm origem em camadas assalariadas.

Apenas um contingente minoritário desfruta de uma melhor situação social, como filhos de proprietários ou de profissionais liberais. Deve ser observado, ainda, que sob o rótulo de «pequenos trabalhadores autônomos» foram incluídos vendedores ambulantes, sapateiros e outros semelhantes, muitas vezes em situação de subemprego.

TABELA II

Ocupação do Pai

Discriminação	N	% s/ o total *
<b>Assalariados não-manuais</b>		
Func públicos	513	34,0
Comerciários	168	11,1
Bancários e escriturários	42	2,7
<b>Operários</b>		
Operários industriais	270	17,9
Motoristas	72	4,9
<b>Proprietários</b>		
Comerciantes	150	9,9
Agricultores	133	8,8
<b>Profissionais liberais</b>	44	2,9
<b>Pequenos trab. autônomos</b>	107	7,2
<b>Desempregados</b>	9	0,6

FONTE: Levantamentos do PRH - UFBA.

\* excluídos os não declarados.

Para a maior parte dos candidatos, portanto, o ingresso na burocracia auxiliar representaria a manutenção de uma posição social anterior, quando não um processo de ascensão, ocasionando uma valorização do emprego público, como se observa a seguir.

#### 4. IMAGEM E VALORIZAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO

As informações colhidas quanto à imagem do emprego público indicam uma preferência específica pelo Estado, como empregador.

Solicitados a escolhas alternativas de empregos, 31,1% dos candidatos apontou o serviço público como primeira preferência. Outros optaram por um emprego onde pudessem estudar. Considerando as vantagens que só o Estado oferece, neste particular, um só turno de trabalho e horá-

rio especial para o funcionário estudante, desde que não implique em prejuízos para o serviço — as duas categorias podem ser somadas. A preferência pelo serviço público teria sido, então, manifestada em 65% das respostas relativas à primeira escolha.

Nas demais respostas — seja em primeira, segunda ou terceira escolha, transparece a valorização das atividades não manuais em ocupações de escritório ou no comércio. A preferência pelo emprego industrial — provavelmente identificado à situação operário — ou pelo trabalho rural são muito pouco incidentes.

É significativo que em apenas 3,3% das respostas obtidas o salário se revele como o elemento básico condicionante da primeira escolha, acentuando-se a sua importância apenas na segunda ou na terceira alternativa, como se observa na tabela III.

TABELA III  
Onde Prefere Trabalhar

DISCRIMINAÇÃO	1.ª escolha		2.ª escolha		3.ª escolha		% acumulada
	N	%*	N	%\$*	N	%*	
Serviço público	493	31,1	414	29,0	179	13,5	68,47
Onde possa continuar a estudar	541	34,2	358	25,1	425	32,1	83,48
Em um escritório	255	16,1	188	13,2	204	15,4	40,79
No comércio	81	7,4	48	3,4	75	5,6	12,86
Na indústria	118	5,11	67	4,7	77	5,8	16,51
Em uma fazenda	10	0,6	286	0,5	2	0,1	1,19
Onde pagassem mais	53	3,3	7	20,0	137	10,3	30,01
Em qualquer lugar	35	2,2	58	4,1	229	17,2	20,30

FONTE: Levantamentos do PRH — UFBA

\* Percentuais extraídos sobre o total dos que responderam à questão, ou seja, 1586 informantes na primeira escolha, 1426 na segunda e 1328 na terceira.

A preferência pelo setor público acentua-se entre os concorrentes de sexo feminino, entre as casadas e os que possuem um menor nível de instrução. A ênfase na possibilidade de estudar está diretamente correlacionada a um maior nível de instrução.

A valorização específica do setor público, mesmo no caso de funções auxiliares não bem remuneradas, explica-se tanto pelas características do grupo — conforme foi apontado, o ingresso na burocracia auxiliar representaria uma manutenção de *status*, ou mesmo um processo de ascensão — como por vantagens oferecidas pelo Estado em relação ao exercício de atividades assemelháveis no setor privado.

No primeiro caso, a correlação entre sexo, idade, origem social e ocupação dos candidatos permite distinguir alguns subgrupos no contexto do universo estudado, com motivações específicas para o ingresso na burocracia auxiliar.

Um destes subgrupos é constituído por mulheres — especialmente as casadas — que, pressionadas por razões económicas ao exercício de atividades remuneradas, procuram fazê-lo dentro dos padrões que os valores sociais vigentes atribuem ao trabalho feminino. Ou seja, exercendo ocupações que não implicam em maior esforço físico, que se realizem em locais e ambientes de trabalho prestigiados como «bons», que não atentem contra os valores morais vigentes, e que exijam preferentemente apenas um turno de trabalho, permitindo o exercício paralelo de atividades domésticas e de socialização dos filhos (5).

Considerando-se que o mercado de trabalho é restrito para a mulher — especialmente quando casada — e que o serviço público responde aos requisitos acima referidos, apresentando-se como uma situação intermediária entre

a ocupação integral e o exercício de atividades domésticas, compreende-se a preferência exercida por esta primeira parcela de candidatos.

Uma segunda parcela é composta por datilógrafos, escreventes, comerciários e outros, cujas condições sócio-económicas e nível de qualificação permitiriam apenas a alternativa de uma situação de emprego semelhante no setor privado.

Ocorre que o contraste entre o crescimento da força de trabalho e a pequena diversificação da economia ocasiona um deficit na oferta de empregos. Conseqüentemente, a pressão sobre o setor terciário urbano, o aviltamento dos salários, o crescimento do nível de exigências e do poder de dominação sobre os ocupados na empresa privada, dão ao emprego público, mesmo na área da burocracia auxiliar, uma situação privilegiada.

Além da segurança valiosa em um mercado de trabalho instável e deficitário, os próprios níveis de remuneração oferecidos pelo serviço público a datilógrafos e a escrevente-datilógrafos são semelhantes, ou mesmo, superiores, aos que a política de compressão de salários vem determinando no setor privado.

A exigência de apenas um turno de trabalho, por outro lado, permite complementar a remuneração recebida e os concorrentes têm consciência deste fato (6). Em 13,8% das respostas obtidas sobre o que fariam no turno livre foi indicada a aspiração de um outro emprego notadamente no setor de ensino.

Somando-se a estas vantagens os adicionais por tempo de serviço, a maior extensão das férias e licenças e outras condições oferecidas pelo serviço público, verifica-se que o Estado é um melhor empregador para os contingentes menos qualificados da população, justificando-se a preferência manifestada.

Finalmente, um terceiro grupo dos entrevistados — cuja participação atinge a 47,61% — é formado por estudantes que procuram assegurar a disponibilidade de certa parcela de renda aliando o trabalho à educação.

Para alguns desses estudantes (7) esta parcela de renda representa a obtenção de uma relativa independência da família e de meios para atender às solicitações crescentes da sociedade de consumo. Para a grande maioria, entretanto, originária de estratos sociais de baixa renda, se colocam dificuldades ou, mesmo, a impossibilidade de prolongar o período de formação educacional, adiando o ingresso em atividades imediatamente produtivas. O dilema entre o trabalho ou a educação — necessária para assegurar um mínimo de condições competitivas pelas reduzidas oportunidades oferecidas pelo sistema social — é eliminado pelo emprego público. Ao exigir apenas um turno de trabalho e ao oferecer as vantagens já ressaltadas, o Estado se coloca como o empregador para estudantes, por excelência.

Considerando-se que a participação nos subgrupos indicados não é excludente — os estudantes do sexo feminino constituem um exemplo deste fato — algumas das motivações podem se superpor, reforçando a valorização do serviço público.

Esta valorização específica é mais uma vez confirmada pelos motivos de participação no concurso. Muito poucos se dirigiram ao serviço público por exclusão de outras alternativas, enquanto que 77.10% apontaram melhores condições que lhes seriam oferecidas, tais como:

- a condição de emprego parcial, abrangendo apenas um turno de trabalho e permitindo o exercício de outras atividades produtivas, domésticas ou, principalmente, escolares;

- a segurança como um valor significativo em um mercado de trabalho instável e deficitário, tendo sido apontado por 20,2% dos entrevistados em primeira alternativa e por 50% se somadas as várias alternativas;

- o prestígio social da ocupação, o salário, uma genérica «melhoria de vida», a assistência oferecida pelo Estado e outras;

- finalmente a perspectiva de readaptação futura para uma função superior, quando da conclusão de curso universitário. Para estes informantes — de origem social mais elevada, filhos de comerciantes, bancários militares, e profissionais liberais — o ingresso na burocracia auxiliar representaria uma situação temporária, um processo de mobilidade ascendente em direção dos estratos superiores da burocracia, à tecnocracia.

Em razão desta mesma preferência pelo serviço público, a maior parte dos entrevistados apontou maiores dificuldades de ingresso em comparação com a empresa privada (8). Como fatores dessas dificuldades foram indicadas a desproporção entre o total de candidatos e as vagas oferecidas, a intensa concorrência; a exigência, raridade ou dificuldade do concurso, a necessidade de «pistolão».

Os que apontaram dificuldades na empresa privada revelam, nas suas justificativas, as pressões sofridas pela força de trabalho em um mercado de dimensões restritas; 27.2% destes mencionaram a necessidade de «pistolão» para o ingresso na empresa privada (9); além disso haveria exigências elevadas quanto à experiência e qualificação dos candidatos e restrições a mulheres casadas e pessoas de cor (10).



**TABELA IV**  
**Motivos de Participação no Concurso**

Discriminação	1.ª escolha		2.ª escolha		3.ª escolha		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%*
Por exclusão (não arranhou outro emprego)	299	18,2	46	3,0	62	4,1	407	24,80
Porque o Estado oferece melhores condições								
É um turno só	339	20,6	221	14,3	139	99,2	699	92,59
Permite estudar	372	22,8	384	18,6	302	20,1	1.058	64,47
É mais seguro	331	20,2	288	24,7	158	10,5	777	47,34
Paga melhor	47	2,9	29	1,9	12	0,8	88	5,36
Permite melhorar de vida	67	4,1	126	8,1	107	7,1	300	18,28
É menos cansativo	10	0,6	25	1,6	34	2,2	69	4,20
Dá mais prestígio	17	1,0	40	2,6	43	2,8	100	6,09
Dá mais assistência	32	1,9	135	8,7	93	6,2	260	15,84
É melhor que patrão particular	22	1,3	56	3,6	206	13,7	284	17,30
Para mulher casada é melhor	28	1,7	63	4,1	44	2,9	135	8,22
Permite uma readaptação futura	74	4,5	135	8,7	62	19,7	505	30,70
Outros	3	0,2	1	0,1	10	0,7	14	0,85

FONTE: Levantamentos do PRH — UFBA

\* Percentuais extraídos sobre o total de candidatos que responderam à questão, ou seja, sobre 1.641 em primeira escolha, 1.549 na segunda e 1.506 na terceira. Quanto ao total, considerou-se o maior número de respostas, 1.641.

As exigências de qualificação e de experiência por parte da empresa privada, a que não teriam condições de atender, são mencionadas principalmente por candidatos de sexo feminino, indicando problemas relativos à profissionalização da mulher.

#### 4. CONCLUSÕES

Os dados colhidos entre os concorrentes a datilógrafo e a escrevente-datilógrafo do Estado, embora insuficientes para uma caracterização mais aprofundada, permitem uma construção tipológica inicial do candidato ao ingresso na pequena burocracia auxiliar.

O contingente majoritário é constituído por estudantes, para quem a participação nos escalões inferiores do serviço público é encarada como etapa provisória de um processo de ascensão em direcção à tecnocracia; o emprêgo público permitiria prolongar a formação educacional necessária a esta ascensão ou constituiria, em alguns casos, a própria garantia de melhor posição futura, através do Instituto da readaptação.

Um outro grupo — que não exclui, obviamente, uma participação simultânea no primeiro — é formado por mulheres que buscam um emprêgo dentro dos padrões atribuídos ao trabalho feminino.

Finalmente, existe um certo número de candidatos com uma perspectiva mais profissionalizante. — comerciários, bancários, escriturários e outros — a quem o Estado oferece melhores condições de trabalho que as obtidas em atividades assemelháveis na empresa privada.

A desproporção entre candidatos e vagas oferecidas — no caso 2.621 concorrentes para 300 lugares — privilegiará certamente, os que possuem melhores condições competitivas.

O emprêgo público de nível auxiliar tenderá a ser preenchido por estudantes, principalmente os de nível superior (11). Algumas questões podem ser colocadas quanto às consequências deste fato, tanto em termos do serviço público como em termos sociais mais amplos.

A absorção de estudantes que se encaminham a ocupações superiores poderá modificar a composição dos escalões inferiores da burocracia pública e implicar na sua rotatividade. Se este aspecto tende a constituir um factor de dinamismo, eliminando algumas das características tradicionalmente atribuídas ao pequeno burocrata — ineficiência, acomodação, ritualismo, conservadorismo — a rotatividade poderá ultrapassar o mínimo de estabilidade de pessoal necessário e encarecer os custos da seleção. Além disso, a ausência de perspectivas de carreira e o amparo que a legislação e os valores sociais vigentes oferecerem aos estudantes poderão atingir negativamente a rentabilidade do pessoal ocupado.

Por outro lado, na medida em que as vagas universitárias ou o mercado de trabalho para profissões de nível superior não se ampliem, efetivando o projeto de ascensão desses estudantes, a permanência nos quadros da burocracia auxiliar poderá se prolongar além das suas perspectivas. Neste caso, ao absorver e conservar um pessoal de qualificação bem superior ao necessário, o serviço público acumularia uma parcela significativa de funcionários subempregados potencialmente e insatisfeitos com as condições de trabalho.

Em termos mais amplos, verifica-se que o Estado começa a abandonar o seu tradicional papel de empregador das camadas menos qualificadas e menos privilegiadas, em termos de situação social. Este aspecto, inclusive, enquadra-se nas características

de um Estado tecnocrático, onde os esquemas de poder tradicionais perdem muito da sua função e prestígio, afetando o clientelismo político e a utilização do emprego público neste sentido.

Ocorre que o processo de crescimento e de diversificação da economia, tanto em termos nacionais como regionais, vem se efetuando à base de investimentos do tipo «capital-intensivo». Além da poupança de mão-de-obra decorrente, a tecnologia empregada ocasiona a criação de empregos predominantemente nas faixas da média e da alta qualificação, em detrimento dos setores semi

ou não qualificados que compõem os estratos de renda inferior e a maior parte da população.

Na medida em que o Estado fecha as portas a estes contingentes e que a empresa privada não se apresenta como a oportunidade alternativa, agrava-se a perspectiva do desemprego ou do subemprego para certas camadas da população, ampliando-se os setores marginais aos benefícios do desenvolvimento.

INAIA MOREIRA  
DE CARVALHO

1 Ramos, Guerreiro. *Administração e estratégia de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fund. G. Vargas, 1966. p. 245-422.

2 A expansão é limitada pelos recursos existentes para a remuneração, provindos de tributos sobre o excedente produzido por outros setores da economia e, como o próprio excedente, limitados.

3 O Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER), a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Instituto de Urbanismo e de Administração Municipal (IURAM) são exemplos de órgãos desta natureza, no Estado da Bahia.

4 A distribuição por faixa de idade é a seguinte: entre 18-21 anos, 40-48; entre 22-25 anos, 27,16%; de 26-30 13,69; de 31-39 6,40 e, finalmente, 0,99 têm idade acima de 40 anos.

5 A incidência de respostas apontando as tarefas domésticas no preenchimento do turno livre, especialmente por parte das mulheres casadas, confirma esta perspectiva.

6 Um dos entrevistados, por exemplo, declarou textualmente que «no governo é melhor porque só se trabalha um turno. O outro é para fazer biscoites».

7 Geralmente aqueles de nível superior, que desfrutam de um melhor nível de renda, como filhos de profissionais liberais ou de proprietários.

8 De acordo com as respostas obtidas, 1.571 dos entrevistados (59,9%) consideram mais difícil o ingresso no serviço público e 400 (15,3%) na empresa privada. Para 191 (7,3%) o problema é geral, enquanto que 15 deles (0,6%) não vêem dificuldades de obtenção de emprego.

9 Pesquisa sobre a mão-de-obra empregada no setor industrial, realizada pelo convênio CPE/SETRABES e Faculdade de Filosofia da UFBA, constatou que parte significativa do pessoal ocupado foi recrutado através de indicação de colegas e amigos já empregados na empresa ou de relações pessoais com diretores ou proprietários da mesma.

10 Dez dos entrevistados mencionaram explicitamente a «qualidade» e a «boa aparência» como exigências discriminatórias para com as pessoas de cor, por parte da empresa privada.

11 Esta hipótese é confirmada pela relação de aprovados, onde predominam estudantes de nível universitário. O mesmo fenômeno pôde ser observado em concurso promovido pela Universidade Federal da Bahia para preenchimento de vagas em funções semelhantes.